



#Fora Temer

Denúncia à população:
O golpe é contra você

Por que o Congresso continua salvando a pele de Temer?

Se analisarmos pelo prisma do retrocesso, a impressão é de que o presidente ilegítimo **Michel Temer** está no (des) governo do país há séculos, tamanhas as atrocidade que vem cometendo desde que usurpou a cadeira da presidenta eleita Dilma Rousseff. Com apenas 3% de aprovação popular, **Michel Temer** segue sua jornada de maldades a passos largos, seguindo uma agenda que nunca seria eleita pelo voto popular. Na retaguarda, um Congresso composto majoritariamente por deputados e senadores que aplicaram um impeachment ilegítimo alegando o falso argumento do combate à corrupção, mas que agora encaram como mera casualidade crimes, como a de organização criminosa, denunciados formalmente, livrando a pele de **Temer**.

Nesta quarta-feira (25/10), o plenário da Câmara dos Deputados apreciará a segunda denúncia feita pela Procuradoria Geral da República contra o ilegítimo **Michel Temer**. Desta vez, por formação de quadrilha e obstrução de Justiça com o intuito de arrecadar propinas estimadas em R\$ 587 milhões. Os deputados decidirão se o Supremo Tribunal Federal poderá ou não dar prosseguimento ao processo. Na primeira denúncia, o golpista foi liberado por seus comparsas. Infelizmente, os ventos que sopram do Congresso continuam a cheirar hipocrisia e impunidade. **Mas a classe trabalhadora aumenta, a cada dia, sua mobilização e indignação: forças motrizes para desbancar o golpismo no Brasil.**

CUT
BRASILIA

Central Única dos Trabalhadores

www.cutbrasil.org.br

[f /cutbrasiloficial](https://www.facebook.com/cutbrasiloficial)

Brasília - outubro de 2017

Veja alguns dos retrocessos garantidos por Michel Temer

REFORMA TRABALHISTA – Na lei, que passa a vigorar dia 11 de novembro, questões como a redução do salário, o fim da proteção a grávidas e lactantes, a formalização de acordos de trabalho ao gosto do patrão, o trabalho precarizado, a jornada exaustiva, a redução das contribuições previdenciárias e dos direitos trabalhistas, o fim do acesso à Justiça do trabalho e vários outros retrocessos estão legalizados.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – Se aprovada, a reforma impedirá que trabalhadores brasileiros se aposentem. Os pilares da proposta são: idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres; o tempo mínimo de 25 anos de contribuição; e uma regra de transição, com a proposta de um acréscimo de 30% do tempo restante para se aposentar.

CONGELAMENTO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS POR 20 ANOS – Estampada na Emenda Constitucional 95, a medida de Temer impede que, por 20 anos, áreas prioritárias para a garantia da democracia e do progresso, principalmente saúde e educação, não tenham o investimento adequado do Estado.

TRABALHO PRECARIZADO – Depois de 20 anos na gaveta, foi aprovado projeto que libera a terceirização de todos os serviços, de forma indiscriminada. Assim, em uma escola, o professor poderá ser terceirizado. Seguindo os dados atuais referentes à terceirização, a liberação gerará ainda mais acidentes de trabalho, achatará salários em grande escala, fragilizará potencialmente as relações de trabalho e aumentará a jornada, sem falar na maior possibilidade de trabalhos análogos ao escravo.

DESMONTE DE PROGRAMAS SOCIAIS – Programas como Minha Casa Minha Vida tiveram seus investimentos fatalmente reduzidos. Neste programa, a meta para 2017 das contratações para a faixa 1, destinadas a famílias com renda familiar bruta mensal de até R\$ 1.800, é de 170 mil unidades, contra 550 mil unidades previstas em 2013. Já programas como Farmácia Popular e Ciência Sem Fronteiras foram extintos.

PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS – Bancos públicos, usinas, portos, companhias de saneamento e empresas como Petrobras e Correios estão na mira do golpista. Só o Banco do Brasil já demitiu quase 20 mil funcionários, com o fechamento de 402 agências. A Caixa segue o mesmo rumo ao prever o fechamento de 120 agências por todo o Brasil.

ABERTURA DO PRÉ-SAL AO CAPITAL

ESTRANGEIRO – A proposta acaba com a participação obrigatória da Petrobras em todos os blocos de exploração, com um mínimo de 30%, e com seu papel de operadora exclusiva, se responsabilizando pelo controle de custos do negócio e o processo completo da operação. A mudança vai impactar bruscamente nos investimentos na saúde e educação, já que o valor dos royalties investidos nessas áreas é calculado a partir do volume de produção, preço do barril e câmbio. Com a mudança, a Petrobras terá menor participação nessa produção.

DESMONTE DA EDUCAÇÃO – Sem qualquer discussão com a população, Temer sancionou a reforma do ensino médio, que torna optativas disciplinas como educação física, artes, filosofia e sociologia. Além de não solucionar em nada os problemas atuais relativos à educação, a nova lei torna o ensino completamente tecnicista, impedindo a formação completa da criança e do adolescente.

ANISTIA A GRILEIROS E FIM DA REFORMA

AGRÁRIA – Em julho deste ano, o golpista Michel Temer sancionou a Medida Provisória 759. Pela MP, a União pode transferir terras públicas para grandes especuladores fundiários. A área total do lote invadido aumentou de 1.500 para 2.500 hectares: o equivalente a 2.500 campos de futebol. Quem ocupou terras ilegalmente até 2011 poderá ser beneficiado, em vez do prazo anterior, que era 2004. Por outro lado, o orçamento para a obtenção de terras para a reforma agrária sofreu um corte de quase 90%. Já o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) sofreu um corte de 86%, sendo previstos apenas R\$ 2 milhões para a sua execução. Políticas relacionadas à infraestrutura de assentamentos rurais e habitação também sofreram cortes que chegaram a 69%.

TRABALHO ESCRAVO LEGALIZADO – Trabalhos extenuantes, com condições degradantes, com caráter forçado, além de restrição da locomoção em razão de dívida não são considerados mais trabalho escravo. Diante disso, um trabalhador que tem como alimentação carne podre e alojamento em curral, por exemplo, como já constatado no Brasil, não será considerado um trabalhador escravo.

ATAQUE AOS POVOS INDÍGENAS E

QUILOMBOLAS – De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) mais de 100 projetos ameaçam os direitos indígenas. Questões como o arrendamento de terras indígenas e quilombolas, o estímulo à produção agrícola indígena nos territórios tradicionais, o fim do direito originário à terra e o embarreamento da demarcação de terras são apenas alguns dos ataques.